



MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO IV · Nº 44 · 2ª Quinzena de fevereiro de 1993 · Cr\$ 2.000,00

ABAIXO A MANOBRA BURGUESA EM TORNO DO PARLAMENTARISMO E PRESIDENCIALISMO !

VOTO NULO NO PLEBISCITO !

RESOLUÇÃO DO III CONGRESSO DA T.POR SOBRE O PARLAMENTARISMO E PRESIDENCIALISMO

1 O III Congresso do POR considera que as duas variantes da democracia burguesa, parlamentarismo e presidencialismo, são expressões do regime de dominação dos exploradores sobre os explorados, portanto, correspondem à forma estatal da ditadura de classe da minoria capitalista sobre a maioria trabalhadora. Não cabe às massas apoiar nenhuma delas e sim lutar pela estratégia própria da revolução e ditadura proletárias, sem a qual não poderão se posicionar independentemente frente aos capitalistas e seu Estado.

2. A disputa destas duas posições é fruto da divisão interburguesa. Reflete a desagegação do regime político, aprofundado com a bancarrota prematura do governo Collor. Com o parlamentarismo e presidencialismo, os partidos burgueses procuram arrastar os trabalhadores a apoiar o regime de exploração e alimentar suas ilusões no parlamento corrompido até a medula.

3 É falsa a questão de que as massas devem apoiar o parlamentarismo porque é mais democrático e porque nele a vontade popular se impõe frente aos partidos. Não se trata de uma reforma política que redundará em soberania da maioria oprimida, solução dos grandes problemas nacionais e miséria. Conti-

nuarão a predominar as mesmas forças reacionárias vigentes no presidencialismo. Também é falso que os oprimidos devem apoiar o presidencialismo, porque igualmente mantém a ditadura de classe da burguesia. A tutela militar sobre o Estado semicolonial não será abolida e nem poderá sê-la. O poder econômico das oligarquias continuará a mandar e desmandar, com toda arbitrariedade do presidencialismo. Ao imperialismo é indiferente a mudança, desde que se assegure a estabilidade do poder capitalista, para poder continuar a exercer a opressão nacional.

4. Juntamente com as mudanças institucionais propostas com a reforma partidária e eleitoral, objetivam limitar o número de partidos, banir aqueles que não têm poder econômico para concorrer e fortalecer a política oligárquica, com a adoção do voto distrital. Portanto, sequer se trata de aperfeiçoar a democracia burguesa, regime ideal para controlar os trabalhadores. Trata-se, isto sim, de aperfeiçoar o controle do mecanismo do Estado sob o poder da burguesia e dos partidos oficiais.

5. A T.POR se contrapõe a estas manobras e falsificações com a defesa do governo operário e camponês saído da revolução proletária. Denuncia os

demagogos reformistas do PT que giram em torno da órbita dos partidos burgueses e se nutrem do parlamento corrompido. Denuncia também os revisionistas do marxismo que se submetem à democracia burguesa e ao eleitoralismo. Defende as reivindicações vitais e antiimperialistas. Propõe ao movimento operário uma Campanha nacional de luta contra o desemprego e os baixos salários, vinculada às bandeiras de defesa do estatismo, expulsão do imperialismo e terra aos camponeses pobres. Trabalha pela constituição de uma frente revolucionária antiimperialista, que permita aos trabalhadores combater a burguesia antinacional e antipopular e avançar na luta pela destruição do capitalismo.

6. O III Congresso chama os trabalhadores a anularem o voto plebiscitário ou se absterem de votar. Levanta a bandeira de nem parlamentarismo, nem presidencialismo, abaixo o governo capitalista de Itamar, por um governo operário e camponês saído da revolução e ditadura proletárias. Defende que se trata de desenvolver a ação direta das massas contra o Estado burguês, os capitalistas nacionais e o imperialismo. Chama os trabalhadores a se levantarem em todo o país contra a situação de miséria e desemprego.

O QUE FOI O III CONGRESSO DO POR

Realizou-se nos dias 22,23 e 24 de janeiro o III Congresso da Tendência pelo Partido Operário Revolucionário. Esse Congresso estabeleceu as bases programáticas para a construção do Partido Operário Revolucionário. A aprovação da Resolução Programática significou um avanço na assimilação do significado da revolução proletária no Brasil, bem como a compreensão de que o Partido será o resultado de uma larga penetração no seio da classe operária e camponesa.

A caracterização do Brasil como país capitalista atrasado, oprimido pelas metrópoles imperialistas revela as tarefas democráticas não resolvidas pela burguesia, como a independência nacional frente o imperialismo, a liquidação da estrutura latifundiária arcaica, estabelecimento de uma ampla democracia e erradicação da miséria.

Por outro lado, a condição de país capitalista, como parte da unidade mundial do sistema de exploração do trabalho, coloca as tarefas socialistas de expropriação dos meios de produção, do grande comércio e do sistema financeiro. As tarefas democráticas próprias do capitalismo atrasado se combinam com as socialistas. Só poderão ser realizadas pela revolução proletária.

A estrutura de classe no Brasil semicolonial revela a necessidade da aliança operária e camponesa, sob a qual o proletariado se constitui na direção revolu-

cionária da maioria nacional oprimida, imprimindo o programa da revolução e ditadura proletárias. O III Congresso indica a partir desta realidade social e econômica a forma de governo a ser materializada pela revolução, ou seja, o governo operário e camponês. Assim, critica e rejeita as variantes revisionistas do marxismo, que levantam a consigna de governo dos trabalhadores, uma fórmula ampla e indefinida de conteúdo de classe, voltada mais para o propagandismo eleitoral esquerdista.

A Resolução do Congresso se coloca plenamente no campo do internacionalismo proletário, levantando o objetivo central de construir em todas as partes o Partido Operário Revolucionário, voltado à organização mundial do proletariado, cuja condição se concentra na reconstrução da IV Internacional. Reafirma o caráter leninista do Partido Revolucionário, que assumirá no Brasil as particularidades próprias do desenvolvimento histórico do proletariado. Sem se avançar na formação do Partido, não será possível transformar as condições objetivas de desintegração do capitalismo e a aguda luta de classes em tomada do poder pelas massas.

No interior dessas questões estratégicas, a Resolução responde ao método da revolução proletária, à utilização da luta democrática como linha auxiliar da ação direta e a obrigatoriedade de se realizar um amplo trabalho no interior

dos sindicatos, extremamente burocratizados e amortecidos pela penetração da política burguesa. Dada as condições de país semicolonial, a luta antiimperialista ocupa um lugar de destaque, sem a qual o proletariado não tem como organizar a maioria nacional oprimida para travar consequentemente a luta anticapitalista.

O III Congresso também aprovou uma Resolução sobre a crise política, em que caracteriza a existência de uma crise de Estado, isto é, de regime político. A partir desta compreensão, aprovou uma resolução de voto nulo no plebiscito sobre parlamentarismo e presidencialismo, em que chama as massas a rejeitarem as manobras de poder da burguesia e a defenderem a bandeira de um governo operário e camponês, saído da revolução proletária.

O seu último ponto de pauta constou de um balanço de atividade, onde se faz as críticas e auto-críticas organizativas, em função da necessidade de aperfeiçoar a militância marxista e desenvolver a linha revolucionária no interior do proletariado e das massas em geral. Assinalou-se a necessidade da T.POR se concentrar na tarefa de formar uma ampla rede de células por todo o país. Para finalizar o Congresso foi lido o Manifesto, aprovado por aclamação.

Viva a construção do Partido Operário Revolucionário!

Realiza-se a reunião semestral do Comitê de Enlace

No final de fevereiro, será realizado mais uma reunião do Comitê de Enlace pela reconstrução da IV Internacional, no qual participam o POR boliviano, a T.POR do Brasil e o Comitê Construtor do POR na Argentina. Desta vez também estarão presentes o agrupamento chileno de construção do POR e o uruguaio.

A reunião ocorrerá na situação de agravamento da crise mundial. Destacam-se a ampliação do intervencionismo militar imperialista, a guerra comercial entre as grandes potências, o avanço da recessão mundial e miséria dos

trabalhadores e a continuidade do processo de restauração capitalista no Leste Europeu e Rússia.

A crise na América Latina deve ocupar um lugar importante na reunião. Por todas as partes, verificamos a aceleração da desintegração dos Estados nacionais. A ofensiva do imperialismo tem reforçado generalizadamente por todo o continente latino americano a opressão nacional. A aplicação da estratégia mundial do imperialismo de descarregar a crise sobre as semicolônias vem provocando uma catástrofe social de grande vulto.

As rebeliões dos explorados e a reação violenta da burguesia para impor a barbárie imperialista marca as tendências da situação. Responder com o internacionalismo proletário é a tarefa central desta reunião do Comitê de Enlace.

Consideramos muito importante uma avaliação dos resultados do III Congresso da T.POR, do IV Congresso Extraordinário do Comitê Construtor do POR e o Congresso Extraordinário do POR boliviano. Cabe também reforçar o trabalho de construção programática do Comitê Construtor do POR chileno e uruguaio.

CRISE ECONÔMICA: GOVERNO ITAMAR NA ENCRUZILHADA E OS TRABALHADORES ENTRE A CRUZ E A ESPADA

Itamar substituiu Collor com a promessa de pôr fim à recessão e às demissões, bem como reduzir drasticamente a inflação. O que vemos é o contrário. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), órgão do próprio governo, prevê que "a produção industrial deverá apresentar queda acumulada de 8,4% nos quatro trimestres findos em março e de 7,8% nos quatro trimestres findos em junho" E o "Produto Interno Bruto deverá mostrar redução acumulada de 3,3%. Nos 12 meses findos em março e de 3,4% em junho" (estado de S. Paulo).

Por sua vez, a inflação oscilante nos 25% ao mês, acabou saltando para 30% em janeiro. Neste mês, a construção civil demitiu em São Paulo 6,46% de seus trabalhadores, passando de 710.599 para 664.721. Nos últimos 12 meses, houve 180.883 demissões, equivalentes a 21,3% dos trabalhadores ativos. No Rio de Janeiro, somente o setor de construção de casas populares demitiu

6.000 na última semana do mês passado, prevendo até março mais 30 mil. A recessão combinada com a inflação atinge violentamente as massas assalariadas. A miséria, já insuportável, cresce velozmente.

No interior do governo, trava-se a luta entre os defensores de medidas de choque, com pré-fixação de preços e salários, e a ala do ministro Haddad, que procura seguir etapas de ajustes. Com choque, os assalariados pagam; com medidas escalonadas, também. Basta se ver que, com a aplicação do IPMF, os trabalhadores pagarão impostos ao receberem os salários pelo banco e pagarão os repasses inevitáveis dos capitalistas.

Com isso o governo objetiva pagar aos bancos e demais capitalistas agiotas a quantia de 8 bilhões de dólares da dívida interna que vence neste ano, bem como restabelecer o acordo da dívida externa com o FMI, pagando a fábula de juros. Se com essa diretriz o ministro Haddad não

derrotar a hiperinflação, um choque virá, atingindo mais fundos os salários. O FMI exige do governo um plano contundente, que como sempre esmaga as condições de vida da população.

O programa de combate à fome aprovado pelo PT é mais uma das miraculosas demagogias em voga no governo Itamar. Vem nesse mesmo sentido a proposta de se adotar o Plano Solidariedade Mexicano, de Salinas Gostari, que com sua política pró-imperialista tem pisoteado a vida das massas.

O fato é que, se o governo Itamar está entre o choque econômico e o continuísmo da política do ex-ministro de Collor, Marcílio, as massas estão entre a cruz e a espada. É necessário romper com os caminhos impostos pela burguesia. Organizar a luta nacional a partir dos sindicatos. Preparar a greve geral por tempo indeterminado contra o desemprego, a carestia e a miséria. Romper com a cruz e a espada dos exploradores.

FRENTE À MONUMENTAL CRISE ECONOMICA E SOCIAL

Rejeitemos o plano demagógico do PT de combate à fome! Os trabalhadores nada terão a ganhar alimentando esperanças na colaboração do PT com o governo burguês de Itamar. Rejeitemos o modelo do Plano Solidariedade Mexicano! Ele é um instrumento dos poderosos capitalistas para enganar as massas populares e manter a exploração. Rejeitemos as esmolas prometidas por Itamar! Não se põe fim à fome, miséria e desemprego com migalhas que caem das mesas dos exploradores.

Lutemos com nossas próprias forças. Os trabalhadores têm seus próprios planos para impor à burguesia e seu governo:

- 1) Implantação do salário mínimo real, de CR\$ 6.500.000,00;
- 2) Reposição de todas as perdas salariais, desde o governo Collor;
- 3) Implantação da escala móvel de reajuste salarial;
- 4) Readmissão de todos os demitidos e desempregados crônicos, aplicando a escala móvel de horas de trabalho;
- 5) Plano de casas populares, controlado pelos comitês e assembleias populares;
- 6) Fim de todos os impostos aplicados sobre os assalariados;
- 7) Confisco das terras latifundiárias, sem indenização, nacionalização e entrega aos camponeses pobres;
- 8) Estatização sem indenização de setores chaves da produção, como a indústria farmacêutica, de alimentos, de construção civil, metalúrgia, etc;
- 9) Estatização da rede bancária e todo capital financeiro, tornando-o um banco único nacional de fomentação à produção;
- 10) Não pagamento da dívida externa e interna, uma fábula a ser aplicada na produção e erradicação da miséria;
- 11) Estatização do sistema de ensino e saúde, colocados sob o controle da população.

Respondamos nós mesmos à crise

Com esse plano econômico e social, a ser aprovado nas assembleias sindicais, populares e estudantis, podemos organizar nossas forças independentes do Estado, do governo e da burguesia.

Podemos organizar nossas jornadas de luta e nos contrapor aos planos da burguesia impostos de cima para baixo.

Podemos preparar o terreno para a conquista do poder, implantar o governo da maioria oprimida, o governo operário e camponês (ditadura proletária contra os exploradores), sem o qual nenhuma medida econômica revolucionária se aplicará.

A RESPOSTA TEM DE SER REVOLUCIONARIA

A crise capitalista é catastrófica. A miséria das massas é violenta. O atraso do país se aprofunda. O imperialismo avança em seu poder de exploração. A burguesia e seu governo só tem a oferecer a barbárie. Basta que olhemos livremente a realidade para saber que é necessário organizarmos massivamente para a revolução proletária. Para isso, erguemos a bandeira de Construção do Partido Operário Revolucionário. Trabalhemos pela organização política independente e revolucionária dos explorados. Nesta tarefa está o futuro dos trabalhadores.

Aprovada a Privatização dos Portos, o Plano de Desestatização e o Imposto sobre os cheques, com aval do PT

O governo Itamar conseguiu aprovar 3 pontos importantes do acordo fechado no ano passado por Collor com o FMI. As votações ocorreram depois de acordos no Congresso, com apoio do PT.

Privatização dos Portos

As operações nos portos brasileiros poderão ser controladas por empresas privadas. Na concorrência terão vantagens as empresas estrangeiras, com maior tecnologia e mais capital. Na prática se entregou o controle dos portos, entrada e saída do comércio exterior, ao imperialismo, que será o grande beneficiado. E o fim do monopólio dos sindicatos sobre o carregamento e descarregamento de navios vai abrir caminho para enfraquecer a classe e executar demissões massivas. O controle estatal dos portos era uma norma de caráter nacionalista que preservava o controle nacional sobre o comércio exterior. A perda desse controle submete ainda mais o país ao capital estrangeiro.

O PT fez um acordo para votar a privatização dos portos. Nele, trocou seus votos no Congresso por um projeto de reforma agrária, apoiado pela UDR e que muito se aproxima da chamada reforma agrária da ditadura militar, que não mexe nos latifúndios e na estrutura agrária do país.

Plano de Privatização: Itamar vai mais longe que Collor na entrega nacional

O decreto de Itamar Franco que regulamentava a privatização de estatais aprofunda a linha entreguista de Collor.

Agora, as empresas estrangeiras poderão comprar diretamente até 100% do capital das estatais. Como o dinheiro poderá ser utilizado no pagamento da dívida, na prática o capital estrangeiro poderá comprar estatais e ter o dinheiro de volta com o pagamento dos títulos da dívida pública. O BNDES continua dirigindo o programa, com os mesmos homens que lá foram colocados pelo governo anterior. Estão mantidos os leilões da CSN, Ultrafertil, Petroquímica União e Poliolefinas. E os fundos de pensão foram proibidos de participar do processo, eliminando assim a concorrência deles com o capital estrangeiro, que agora poderá barganhar as estatais a preços ainda mais baixos.

Imposto sobre os cheques: quem pagará a conta é o trabalhador

A aprovação do imposto provisório sobre movimentações financeiras dará ao governo recursos para cumprir compromissos com os credores externos. Trata-se de um imposto que incidirá também sobre todos que recebem salários em banco ou por cheque. Os assalariados são duplamente prejudicados: pagam novo imposto descontado dos salários e pagarão mais caro as mercadorias, porque as grandes empresas passarão esse novo imposto aos preços.

A votação do PT no imposto faz

recair sobre esse partido a responsabilidade sobre mais esse ataque às condições de vida das massas.

Enfrentar o imperialismo

Para enfrentar o imperialismo que oprime o país é preciso mobilizar todos os oprimidos numa frente revolucionária antiimperialista, com a classe social que ocupa o papel central na produção, o proletariado, à frente. Sem a luta antiimperialista a opressão nacional se aprofundará e a miséria crescerá. A construção de um Partido Revolucionário que defenda essa linha é tarefa central na situação.

Formar os comitês antiimperialista por todo país!

Frente à manutenção por Itamar do Plano Collor de entrega das estatais, chamamos à formação de um movimento antiimperialista de defesa das estatais e de controle operário da produção. Que a CUT rompa imediatamente com o colaboracionismo petista privatizante. Que as correntes de esquerda saiam de sua comodidade verbal e se coloquem pela formação dos comitês antiimperialistas.

Em abril está previsto o leilão da CSN. Façamos um grande movimento contra o entreguismo.

**ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS
O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A
DITADURA DO PROLETARIADO**

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA
CAIXA POSTAL Nº 575 - AG. CENTRAL - RECIFE - PE - CEP 50001

A REFORMA AGRÁRIA DA UDR

As farsas se tornaram a regra no Brasil. O projeto de reforma agrária aprovado no Congresso é mais uma delas. Contou com o consentimento da UDR até o PT. Não por acaso, o defensor dos latifundiários, ministro da agricultura, Lázaro Barbosa, comemorou o acordo. O projeto, ao invés de atingir o latifúndio, protegeu-o. Fixou um critério de produtividade como fator de avaliação da propriedade para a desapropriação, que jamais permitirá tocar num só hectare dos latifúndios.

A via da reforma agrária pela desapropriação, indenização dos oligarcas, assentamento de famílias e pelo critério que divide as terras em produtivas e improdutivas em si já é uma farsa burguesa, do tipo Estatuto da Terra do regime militar. Com o novo projeto, a farsa se revelou comédia. Os reformistas do PT se uniram com a UDR, sob o comando de Itamar, e chegaram a uma "reforma agrária" favorável aos latifundiários.

Esse acontecimento é mais uma lição que servirá aos explorados, particularmente ao movimento dos sem-terra. Do poder do Estado, do governo capitalista, dos partidos burgueses e da política pacífico-reformista do PT

não sairá nenhuma reforma agrária. É necessário organizar o movimento revolucionário no campo, totalmente independente, o que quer dizer sob a linha do programa da revolução proletária.

As terras serão arrancadas do controle da oligarquia latifundiária pela força das ocupações, resistência, dos comitês armados de auto-defesa e da aliança operário e camponesa. Trata-se de uma luta que afetará de conjunto a burguesia, chocando-se contra o Estado oligárquico, que protege a estrutura arcaica da propriedade da terra e mantém a dependência da massa camponesa ao atraso pré-capitalista e na miséria.

A tarefa democrática de liquidar com os latifúndios permanece vigente. Sob a aliança operário e camponesa em luta contra a burguesia poderá colocá-la na ordem do dia. Caso contrário, é pura farsa governamental e dos reformistas clericais. Abaixo a "reforma agrária" da UDR-PT-Itamar! Pela nacionalização das terras e entrega aos camponeses pobres! Nenhuma indenização! Nenhuma farsa de latifúndio produtivo e improdutivo! Terra para quem produz! Fora os exploradores e parasitas latifundiários!

A CRISE DA CASTANHA NO CEARÁ: QUEM PADECE?

O fato do governo federal autorizar a exportação de 12 mil toneladas de castanha "in natura" gerou uma grande crise no complexo industrial do caju, no Ceará. Isto porque fez subir os preços pagos aos produtores, via de regra condicionados pelos interesses dos industriais. Rapidamente vieram as demissões, de início 1.150. Somente a Cascaju (Cascavel) dispensou 650 operários.

A medida dos capitalistas não pára por aí, mais grave ainda é o quadro de demissões previstas, caso o governo não atenda a reivindicação dos capitães da castanha. Estes reclamam que a maior importadora e concorrente internacional da castanha industrializada, a Índia, se beneficia dos baixos salários pagos, da reduzida carga tributária e dos incentivos governamentais. Ao se aumentar o preço da castanha "in natura", vantajoso para o produtor agrícola, se inviabiliza a indústria do Ceará.

Por sua vez, o produtor reclama dos baixos preços pagos pelo monopólio industrial da região. Isto tem sido um fator de redução da produtividade, uma vez que não se tem como aperfeiçoar a técnica de plantio e seleção. De 600 quilos por hectare, hoje se tem 200 quilos. Verificamos, portanto, que a crise da castanha, um setor fundamental da economia cearense, é provocada em torno da luta de interesses capitalistas interno e externo.

O governo federal, ao autorizar a exportação para a Índia, procurou ao mesmo tempo fortalecer sua política de superávit comercial, necessário para pagar a dívida externa e favorecer o agricultor. Finalmente, a reação dos industriais recaiu e recairá sobre os operários, os verdadeiros atingidos pela luta de interesses. Não cabe aos trabalhadores apoiar nenhuma das frações em luta.

Trata-se de organizar as comissões de fábricas e o movimento contra as demissões. A direção pelega do sindicato é incapaz de denunciar o jogo dos patrões e do governo e se contrapor com luta. Coloca-se organizar a fração revolucionária no interior das fábricas, necessária para que se construa um movimento independente da classe operária. A construção do Partido Operário Revolucionário nas fábricas, formando as células internas, é decisivo para a organização independente dos oprimidos.

NEM PARLAMENTARISMO NEM PRESIDENCIALISMO
VOTO NULO NO PLEBISCITO

PARLAMENTARISMO E PRESIDENCIALISMO: OS TRABALHADORES NÃO DEVEM SE DEIXAR ENGANAR

Pela composição das frentes parlamentarista e presidencialista fica clara a divisão da oligarquia reacionária. Os presidencialistas têm à sua frente Marcos Maciel, representante inconfundível da oligarquia latifundiária nordestina, e os parlamentaristas contam com o peso do governador Fleury, vinculado aos interesses da FIESP, ou seja, de setores majoritários do grande capital do Sudeste. O fascizante Maluf debandou para o parlamentarismo, sob os conselhos do reacionário Delfin Neto. O ladrão Antônio Carlos de Magalhães, governador da Bahia, se negou a participar do ato de lançamento da Frente Presidencialista, acusando de nele comparecer muitos ladrões. Referia-se ao ex-governador Quéricia e ao governador Mestrinho.

O PT, PCdoB e PC (PPS), que se reivindicam da esquerda, fazem coro a uma das frentes. Cada um, a seu modo, atribui propriedades democráticas ou antidemocráticas ao parlamentarismo ou ao presidencialismo. Procuram convencer as massas a votar no plebiscito em uma das possibilidades do regime burguês. Para isso, inventam as mais variadas virtudes da democracia, como se esta não fosse um meio da classe capitalista manter o poder do Estado em crise e o domínio sobre a maioria oprimida. Transformam a luta interburguesa, motivada pela desagregação econômica, em instrumento de controle político das massas.

Se as massas se submetem ou ao parlamentarismo ou ao presidencialismo, estarão auxiliando a burguesia a superar a sua divisão e fortalecendo a burguesia no poder. Não é por acaso que uma das preocupações dos parlamentaristas é a de que a população trabalhadora se mostre indiferente ou rebelde frente à farsa do plebiscito.

A burguesia tem em mente revitalizar seu poder político desmoralizado com as crises governamentais sucessivas. Desta forma, procura introduzir artificialmente entre os trabalhadores a falta opção pela reforma do Estado, que só favorecerá as oligarquias capitalistas.

A divisão do movimento sindical e popular em torno da cisão burguesa é

criminosa. As direções dos sindicatos, CUT, CGT, Força Sindical, UNE, UBES, etc, trabalham a todo vapor para que triunfe uma das variantes do regime político capitalista. Manobram a favor dos interesses da burguesia. Estão se utilizando de tal campanha para desviar as tendências de luta dos assalariados, que não suportam tanto arrocho e desemprego.

Os oprimidos não devem se deixar enganar. Votemos nulo! Denunciemos os sindicalistas vendidos! Exijamos uma campanha nacional de luta contra a miséria, a fome, o governo Itamar e o imperialismo. Defendamos o governo operário e camponês, saído da revolução proletária! Esta é a posição de independência de classe!

QUE DEMOCRACIA?

Em torno de que as massas serão chamadas a votarem no plebiscito de abril? Certamente, do argumento de que o que está em jogo é a democracia. Os parlamentaristas afirmam que será um grande passo superar a instabilidade política do regime presidencialista. Os reformistas exaltam o fato do regime parlamentar colocar o poder político mais próximo das massas populares. Acusam o centralismo totalitário do presidencialismo, exercido por um só homem.

Ao contrário, os presidencialistas analisam que o parlamentarismo reforçará o poder oligárquico, porque colocará o legislativo em posição de maior dependência ainda do chefe do Estado (presidente eleito direto ou indiretamente). Ressaltam que o que há de mais democrático é a eleição direta do Presidente da República e a separação dos poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário). Por fim, denunciam que o parlamentarismo aumentará a instabilidade, devido à ausência de partidos fortes e o marcante fisiologismo.

Assim, todos querem a estabilidade do regime político através da democracia. De que democracia e instabilidade estão falando? Isto é segredo de Estado, de segurança nacional! Não podem revelar aos trabalhadores, que serão chamados a apoiar o parlamentarismo ou o

presidencialismo. A burguesia não pode explicar que se trata da democracia dos exploradores e da instabilidade de seu Estado, uma máquina de oprimir a maioria trabalhadora.

A instabilidade, que chegou ao auge com a bancarrota do governo Collor, é da própria democracia burguesa, que na história do Brasil capitalista atrasado nunca pôde se desenvolver plenamente e nem poderá no futuro. O Estado nacional brasileiro reflete o atraso do desenvolvimento econômico e a submissão do país à economia mundial, controlada pelas potências imperialistas. Trata-se de um Estado oligárquico-semicolonial, em que as relações democráticas não puderam alcançar estabilidade devido à impossibilidade do desenvolvimento pleno das forças produtivas capitalistas.

A luta oligárquica pela centralização do Estado e a unidade nacional assegurada pelo poder imperial, totalitário, que marca toda nossa história republicana é uma manifestação da condição semicolonial da economia, limitada pela opressão nacional. Ao não se desenvolver uma poderosa burguesia nacional, enquanto se desenvolveu uma poderosa massa explorada, tendo à frente o proletariado, o atraso e as crises econômicas resultam em constantes instabilidades. Assim, não será com o parlamentarismo ou reformas no presidencialismo que a questão se resolverá. Estamos frente à crise do Estado.

A burguesia necessita que a massa explorada se submeta à sua pseudo-democracia para não lançar mão da ditadura militar, como a de 1964. Ao contrário, a luta para que a classe operária não se submeta a nenhuma das variantes do poder burguês é decisiva para sua formação enquanto classe revolucionária independente. Só assim poderá preparar o terreno para implantar sua estratégia de poder, através da revolução e ditadura proletárias. Só assim poderá implantar a democracia da maioria oprimida contra a minoria opressora. Desmistifiquemos a democracia burguesa! Combatamos o veneno das ilusões democráticas! Construamos o programa e a consciência de classe do proletariado!

CONVERGENCIA SOCIALISTA: A TERCEIRA VIA DO PARLAMENTARISMO

A Convergência Socialista (CS) detende o parlamentarismo em oposição ao presidencialismo por considerá-lo mais democrático. Entretanto, se colocou diante de um grande dilema: como fazer campanha pelo parlamentarismo no plebiscito, se este regime político é encabeçado por Fleury, FIESP e até por Maluf? E como apoiar a ala parlamentarista da burguesia se o conteúdo das "reformas democráticas" não chega ao ponto pretendido pela CS?

Para solucionar o problema, propõe uma terceira via. Ou seja, chama o PT, PC, PCdoB, CUT, etc a formar um "bloco dos trabalhadores" em defesa da "mobilização pela realização de reformas democráticas no Estado e no regime". Estas reformas iriam da implantação "da proporcionalidade direta na composição das câmaras", passariam pela "revogabilidade do mandato" e chegariam "às eleições gerais já", como constam nos artigos "Burguesia prepara uma fraude" e "Mobilizar contra as manobras burguesas" (CS, n. 355). Sob a linha de reforma democrática radical do Estado burguês, insiste na estratégia de um governo dos trabalhadores com a eleição de Lula em 94.

A partir daí conclui: "Com essas condições, apoiamos o parlamentarismo. Do contrário, chamaremos o voto nulo no plebiscito de abril, porque este será uma fraude." Como vemos, a CS sacramenta suas convicções democratizantes de um regime político democrático burguês mais avançado. O fato da "democracia radical" depender da burguesia e seus partidos decadentes, atrás dos quais se enfileiram o PT, PC, PCdoB, direção da

CUT, etc, a CS se vê constringida em sua tese de "reformas democráticas no Estado e no regime"

Para justificar o voto nulo em abril, chama a formação de um bloco com os reformistas e estalinistas, que certamente não poderá ocorrer nas bases pretendidas pela CS. A diferença entre a TPOR e a CS é total. Chamamos o voto nulo não porque o parlamentarismo não sairá nos moldes democráticos desejados, mas sim porque rejeitamos qualquer forma de regime burguês nas condições de desagregação do capitalismo, na sua fase imperialista, e defendemos a estratégia da revolução proletária. A tarefa revolucionária não é a da reforma democrática do Estado capitalista em crise, que, se fosse viável, fortaleceria o regime burguês, mas sim destruí-lo, o que começa por denunciar e rechaçar as manobras das oligarquias patronais.

PARA QUE FALSEAR?

A CS, para justificar seu parlamentarismo, afirma: "Tradicionalmente, a CS, assim como toda a esquerda, inclusive a Terceira Internacional, sempre defendeu o parlamentarismo em alternativa ao presidencialismo". De qual Terceira Internacional a CS se refere? Se for do Quinto Congresso em diante, da era estalinista, pode ser, mas não dos Quatro Primeiros Congressos, da época de Lenin.

A resolução do Segundo Congresso (1920) desmente a CS. Afirma: "A posição da Terceira Internacional face ao parlamentarismo não é determinada por uma nova doutrina, mas sim pela modificação da função do próprio Parlamento. Na épo-

ca precedente, o Parlamento, como instrumento do capitalismo em vias de desenvolvimento, trabalhou, de certo modo, para o progresso histórico. Mas, nas condições atuais, que se caracterizam pela expansão do imperialismo, o Parlamento converteu-se em instrumento das mentiras, da fraude, das violências e do banditismo a seu serviço; as reformas parlamentares, desprovidas de espírito de continuidade e de estabilidade, e realizadas sem um plano de conjunto, perderam toda a importância prática para as massas trabalhadoras.

E continua: "Para os comunistas, o Parlamento não pode ser de modo nenhum o campo de uma luta por reformas e pela melhoria da situação da classe operária, como em certos momentos da época anterior. O centro de gravidade da vida política atual saiu, definitiva e inteiramente, do Parlamento (...)."

Como vemos, não se trata de optar entre um regime burguês mais democrático que o outro, porque a forma mais avançada da democracia burguesa (o parlamentarismo) entrou em bancarrota na fase imperialista de putrefação do regime capitalista de produção e exploração. O proletariado deve desenvolver sua estratégia própria da revolução, sem a qual não conquista uma posição de independência de classe.

A CS falseia as posições da Terceira Internacional e não é séria quando se socorre do marxismo justamente porque é uma corrente democratizante, não revolucionária. Procura resolver suas crises internas recorrendo à autoridade programática da Terceira Internacional.

CAUSA OPERARIA: A PROCURA DAS ELEIÇÕES GERAIS

Frente à situação de grandes crises, as correntes revelam sua real política de classe. Causa Operária vem fazendo campanha pela bandeira de convocação de eleições gerais desde que se abriu a crise de Collor, continuando sob Itamar e reafirmando diante de parlamentarismo/presidencialismo.

No artigo, "O grande circo nacional", denuncia a farsa da burguesia e conclui chamando à formação de uma "ampla frente de luta pelo voto nulo, pelo governo dos trabalhadores, pela dissolução do congresso e a imediata convocatória de eleições gerais, pelo não pagamento da dívida externa, pelo fim do imposto aos salários, pelo reajuste mensal automático de acordo com a inflação e pelo fim das demissões" (CO, n. 182).

Frente à crise de regime e as manobras da burguesia em torno da reforma política do Estado, CO convoca as massas a reivindicar a dissolução do governo e a eleger um novo. A defesa das eleições gerais significa a permanência do regime político vigente, ou seja, o presidencialismo. Elege-se um novo parlamento e presidente. CO não leva para as massas a bandeira de fim do regime burguês, mas de sua reforma democrática, ou seja, trocar

um congresso corrompido por um outro democrático. Esta seria a virtude de eleições gerais. Assim, o conteúdo da reivindicação de dissolução e eleições só pode ser: o plebiscito é uma farsa, o congresso que aí está é reacionário, votemos nulo no plebiscito e exijamos a dissolução do congresso, seguido de convocação de eleições gerais.

CO não explica, evidentemente, quem dissolverá o congresso e convocará eleições. Não explica também qual é a função da bandeira da democracia formal burguesa nas condições concretas da crise política em que se desenvolve a tendência ao voto nulo entre as massas, como se comprovou nas últimas eleições. Ajudaria a superar as ilusões democráticas, a opor os oprimidos à burguesia revolucionariamente?

Ao contrário, CO se conduz ao democratismo. A estratégia do governo dos trabalhadores, que substituiu a outrora bandeira do governo operário e camponês, reflete esse conteúdo, amplamente desenvolvido quando CO estava no PT, apropriado para situações eleitorais. O conteúdo de classe da democracia pequeno-burguesa se expõe com clareza.

CS E CO SE APROXIMAM NO DEMOCRATISMO

Diz a CS: "Eleições Gerais já, este congresso não tem legitimidade para regulamentar o regime e sistema de governo, nem para alterar a lei partidária e eleitoral e muito menos para fazer uma revisão constitucional."

Diz a CO: "Dar autorização para o Congresso collorido reestruturar a seu gosto o regime é conspirar contra qualquer governo de esquerda, democrático, popular ou operário"

Dia a CS: "A luta por um governo dos trabalhadores, por um governo de Lula, sem patrões e capitalistas, apoiado nas organizações dos trabalhadores, não passa por ficar à reboque do calendário eleitoral do regime ou por apoiar um sistema reacionário, que mais tarde se voltará

contra os trabalhadores."

Dia a CO: "Chamamos os companheiros da Frente Revolucionária, os companheiros da esquerda do PT, (...) a formar já uma ampla frente de luta pelo voto nulo, pelo governo dos trabalhadores, pela dissolução do congresso e a imediata convocatória de eleições gerais (...)."

Na essência, CS e CO convergem para a campanha do voto nulo, eleições gerais e governo dos trabalhadores. CS é mais consequente, defende eleições gerais para eleger Lula. O que diz CO sobre isso? Cala-se. Mas é indifensável o vínculo entre eleições gerais, governo dos trabalhadores e Lula para presidência. Esta é a lógica da situação política.

PRO: DEMOCRACIA DIRETA

A corrente do Partido Revolucionário Operário (PRO), atualmente mais organizada no nordeste, opõe à opção do parlamentarismo e presidencialismo a democracia direta, ou seja, as decisões são tomadas diretamente em assembleias e movimentos. O que há de positivo nesta posição é o fato de defenderem a convocação de assembleias populares para se levantar os problemas dos trabalhadores e as formas de luta, assim explicou o representante do PRO na reunião de discussão sobre a Frente Revolucionária de Esquerda. Entretanto, faz do princípio da democracia direta um mecanismo vazio ao não levantar em oposição à manobra da burguesia de parlamentarismo e presidencialismo a estratégia revolucionária de governo operário e camponês, ou seja, da revolução e ditadura proletárias. Por outro lado, se adaptou à armadilha do plebiscito ao reivindicar que na cédula conste a opção da democracia direta. Assim, não reconheceu que o plebiscito é uma farsa burguesa e que está sob seu total controle.

Não tem o menor cabimento, por exemplo, que reivindicamos que na cédula seja colocada a opção do

governo operário e camponês. Isto seria falacioso. Seria a negação do método real da conquista do poder, da revolução violenta. Nossa corrente, o POR, é clara em denunciar os objetivos burgueses de fazer do plebiscito uma forma de arrastar as massas por detrás das divisões da oligarquia.

Sem dúvida, devemos opôr e explicar a democracia direta à democracia burguesa. É uma excelente oportunidade que se apresenta para abrir as discussões entre os trabalhadores. Entretanto, não se trata de levantar a democracia direta das massas como valor em si. Ela é parte integrante, como método de decisão e luta dos explorados, da estratégia do poder da revolução proletária.

Dizemos que não se trata de reformar o Estado burguês, mas sim de destruí-lo através da luta direta, cuja expressão mais alta é a insurreição, a guerra civil contra as forças reacionárias da burguesia. Como vemos, o PRO subtrai o essencial da democracia direta, uma conquista dos oprimidos, que é servir de meio para avançar na revolução. Acaba por limitar o alcance da ação direta e por adaptá-la ao quadro da democracia capitalista.

UNE:

Convocar os estudantes para se posicionarem contra a manobra burguesa

A UNE, União Nacional dos Estudantes, já colocou-se publicamente a favor do parlamentarismo, e pretende defender a votação no mesmo no plebiscito. A entidade estudantil é dirigida pelo PC do B, que é parlamentarista.

Assim, os estalinistas colocam a UNE a apoiar uma das frentes burguesas em luta, sem nem mesmo consultar os estudantes. Atrelar a organização estudantil a qualquer frente burguesa é entregar o movimento estudantil a quem está privatizando e destruindo o ensino público.

Defendemos que a UNE convoque as instâncias de base, com plenárias e assembleias nacionalmente a partir das escolas para que os alunos possam discutir e se posicionar a respeito da manobra do plebiscito.

O POR defenderá nas mesmas a independência do movimento estudantil, contra a farsa do plebiscito, nem parlamentarismo nem presidencialismo, voto nulo!

PT racha na punição a Erundina

A decisão da ex-prefeita de São Paulo Luíza Erundina de aceitar a Secretaria da Administração do Governo Itamar levou o Partido dos Trabalhadores a uma profunda crise. O PT havia decidido que ela não deveria aceitar o convite, mas a decisão foi quebrada. A direção nacional do PT acabou decidindo suspender Erundina por um ano, e ela continua no partido.

O acontecimento obrigou o PT apresentar publicamente uma posição mais definida em relação ao governo, preservando-se ao mesmo tempo para as eleições presidenciais de 94. Ou seja, o PT defende a estabilidade do governo Itamar, apóia suas propostas no Congresso, mas não quer arcar com as perdas eleitorais de ser responsável pelas medidas antinacionais e antipopulares do governo.

Ex-prefeita ataca estabilidade

Antes mesmo de assumir, Erundina mostrou que está mesmo disposta a implementar a política antipopular de Collor, preservada e aprofundada por Itamar: atacou a estabilidade do funcionalismo público, dizendo pretender acabar com ela. A demissão de servidores é exigência do imperialismo para reduzir despesas do governo e sobrar mais dinheiro para pagar os juros da dívida externa. A política reformista conclui sua trajetória aderindo à linha ditada pelo imperialismo.

Sustentando Itamar

O PT, desde o afastamento de Collor, assumiu uma posição de sustentar a governabilidade de Itamar. Foi o PT que indicou o Ministro do Trabalho Walter Borelli (que tem em sua equipe no Ministério inúmeros petistas), que aplica o salário mínimo de fome de 59 dólares, disfarçado em 100 dólares e mantém o arrocho salarial do reajuste bimestral. Sua bancada no Congresso jamais declarou-se sequer em oposição ao governo. Ao contrário, recentemente, votou nos principais projetos acertados por Collor com o FMI, mantidos e aprofundados por Itamar, como o ajuste fiscal, a entrega dos portos ou o plano de privatização.

Não foi esse o ponto de discórdia entre o PT e Erundina, entre a maioria e a minoria da direção. Toda preocupação dos petistas está nos prejuízos eleitorais que o episódio e a ação de Erundina no governo trarão à candidatura de Lula nas próximas eleições presidenciais. É por isso que as principais lideranças do PT explicaram que Erundina não quebrou ne-

nhum princípio partidário, a não ser a disciplina. De fato, os princípios do PT são iguais aos dos partidos burgueses: sustentar o capitalismo em crise, o que quer dizer, seu governo.

Integrado ao Estado

O PT se julga próximo de alcançar sua estratégia de chegar ao poder do Estado pela via institucional (democrático-burguesa). Quando o governo Collor entrou em bancarrota, o PT colocou-se pela saída constitucional, ou seja, que mantivesse em pé o regime político e, portanto, a ditadura de classe da burguesia, permitindo que a burguesia pudesse manter em suas mãos a saída da crise governamental. Assumiu assim a responsabilidade pela sustentação do governo Itamar e só não passou a integrar mais abertamente o governo por uma diferença de apenas um voto na direção partidária. A posição de "oposição ativa" não consegue esconder o papel de sustentáculo do governo continuísta. Ao submeter-se a cumprir o papel de instrumento de aplicação da política pró-imperialista, o PT mostra-se completamente incorporado ao Estado patronal. A afirmação de José Dirceu de que a participação no governo será examinada caso a caso mostra que a punição a Erundina não é pela participação no governo em si, consentida desde que não coloque o PT como vitraço nas próximas eleições, mas pela indisciplina às determinações burocráticas da direção.

Denunciar o PT às massas

O POR tem defendido que é necessário mobilizar nacionalmente as massas a partir de suas reivindicações mais sentidas para enfrentar o governo antinacional e antipopular de Itamar. O PT, que tem hegemonia na CUT, tem bloqueado a ação dos sindicatos e da central que têm ficado paralisados diante de um dos maiores ataques às condições de vida e à economia do país. A defesa de uma campanha nacional de luta por salário e emprego e para por abaixo o governo continuísta implica também na denúncia do papel traidor do PT no movimento de massas. A crítica estratégica ao reformismo concretiza-se na denúncia de sua ação atualmente francamente pró-capitalista e pró-imperialista. Construir um Partido Operário Revolucionário torna-se necessário mesmo para defender as condições mais elementares de sobrevivência dos assalariados e de suas famílias.

A disciplina petista: autoritarismo burocrático

Um partido democrático-burguês tem como objetivo ganhar eleições e administrar o Estado burguês. Por isso incorpora militantes indiscriminadamente e usa do autoritarismo burocrático para fazer cumprir suas resoluções. É o que faz por exemplo o PT.

Um partido revolucionário, que luta pela destruição do Estado burguês pela única via possível, a revolução proletária, depende de militantes que defendam o programa operário, abraçado livremente por cada um. Sua disciplina é resultado da compreensão política da necessidade de ter um partido altamente centralizado para enfrentar a centralização da burguesia no poder do Estado. A disciplina revolucionária é espontânea, ou seja, parte constitutiva da consciência de classe e da construção do programa no interior do movimento dos explorados. No partido revolucionário não há lugar para o carreirismo, estrelismo, caudilhismo e corrupção política. As divergências são regidas pelo centralismo democrático, que assegura a mais ampla discussão coletiva e a unidade na ação externa do partido. Um partido eleitoral é o oposto. Na cúpula manda uma camarilha. Seu regime organizativo é regido pelos mais diversos interesses de tendências ligadas ao Estado burguês. O que ocorreu com Erundina é a prova de que o PT se tornou um partido fisiológico da política burguesa. É necessário romper com o PT e organizar o POR.

Apesar da burocracia, os operários saem à luta

O movimento operário reage à ofensiva dos patrões de demitir, fechar as fábricas, arrochar ainda mais os salários e, em algumas empresas, atrasar os já minguados salários. Foi o que ocorreu na Seco Tools (SBC) com a demissão de 50 trabalhadores, na Trol com a falta de pagamentos, nas empresas de comércio de gás de cozinha de Canoas (RS), pelo não cumprimento do acordo coletivo, na Yoshpe-Maxion, produtora de tratores e máquinas agrícolas, na Indústria Rotativa de Papeis, na Mercedes-Benz e em várias outras fábricas pequenas dos setores metalúrgico e têxteis.

As greves não têm saído dos limites estreitos da própria fábrica. Ao mesmo tempo que ocorrem várias paralisações, movidas pelas mesmas reivindicações, estão todas extremamente fragmentadas. A unidade grevista tão fundamental para quebrar a política patronal tem sido rechaçada pelas direções sindicais. Os sindicatos têm cumprido o papel de administrá-las, ou seja, os meros mediadores entre patrão-empregado. As direções não trabalham pela centralização das lutas. Diante da conduta traidora das direções, as greves têm sido derrotadas porque não conseguem breicar as demissões, nem mesmo obterem conquistas salariais.

O Ministro do Trabalho, Barelli, diante do desemprego assustador apoiou o Programa de Geração de Empregos e Recuperação de Rendas, desenvolvido pela ONU. Foi claro em dizer que não é para os próximos dois anos, ou seja, não é para o governo Itamar. O vendido Barelli se alia às propostas imperialistas de manutenção da superexploração do trabalho. Já é mais do que sabido de que desses organismos (FAO, ONU) não saíra

nada que combata o desemprego, pois são instituições que estão à serviço da aplicação da política neoliberal (fechamento de fábricas, privatizações, arrocho e desemprego) nas nações oprimidas.

A burocracia sindical divide o movimento de resistência e se nega a desenvolver a luta nacional em defesa do salário mínimo real, emprego a todos e contra as privatizações. Ao contrário, contribui para que o governo e a burguesia continuem aplicando a política neoliberal, ou seja, descarrecando o ônus da crise sobre os ombros das massas oprimidas.

Apesar das diversas frações do capital e dos atritos interburgueses em torno das medidas impostas pelo imperialismo, a burguesia age centralizadamente contra as mobilizações dos trabalhadores. Desta forma, a

A permanência do isolamento das greves contribui para a manutenção da superexploração do trabalho. Nesse sentido, as direções sindicais burocratizadas têm servido o patronato e seu governo.

Chamamos a CUT a romper com o governo e organizar imediatamente uma campanha nacional em defesa do salário mínimo real (seis milhões e meio de cruzeiros), reajustes automáticos de acordo com a inflação, reposição de todas as perdas salariais, estabilidade e emprego a todos, contra as privatizações e em defesa do estatismo sob o controle dos trabalhadores. Preparar uma campanha nacional formando os comitês de luta nas fábricas, bairros, escolas e em todos os locais de trabalho. A tarefa central é a greve geral por tempo indeterminado. Derrotar a política antinacional e antipopular através da ação direta das massas oprimidas.

Mais uma do demagogo Ministro Barelli

O Ministro do PT, Walter Barelli, no encontro com trabalhadores, cipeiros e dirigentes sindicais de Osasco demagogicamente defendeu a prisão dos empresários responsáveis pelas mortes em acidentes de trabalho dentro das fábricas. Chegou a falar que está articulando junto ao Ministério da Justiça uma ação para penalizar os donos de fábricas por tais acidentes. Veja a que ponto chega o Sr. Barelli! Alguém acredita que um ministro do governo capitalista irá defender de fato a prisão dos próprios capitalistas? Os acidentes nas fábricas por falta de segurança já mataram milhares de operários. Para o regime de exploração do trabalho isso é o custo que a classe produtiva terá que pagar. No Brasil, o número exorbitante de acidentes de trabalho chegou a 28 milhões nas últimas duas décadas.

Barelli também se esquece que é o responsável pela morte de milhares de trabalhadores ao implantar um salário mínimo de fome (menos de 60 dólares), de compactuar com o desemprego de 9 milhões de pessoas, de contribuir com a altas taxas de inflação e com a venda das estatais.

Chega de demagogia Barelli! Que a CUT e os trabalhadores em geral rompam com o governo e os patrões que matam milhares de operários pelas péssimas condições de trabalho e pelo salário mínimo de fome! Somente através da luta direta e independente os operários poderão quebrar o círculo de ferro da exploração, responsável pelos acidentes.

Organizar os desempregados e os empregados num grande movimento nacional

Santo Amaro já se tornou um bairro histórico do movimento dos desempregados. O largo 13 de Maio é o centro das manifestações de milhares de desempregados. No dia 1 de fevereiro novamente se reuniu mais de 5 mil trabalhadores exigindo a criação de empregos. Foram recebidos pela repressão policial, que acabou prendendo mais de 10 operários. O medo dos saques fez com que os comerciantes fechassem as portas das lojas.

Os desempregados em SP já são mais de 1 milhão e meio. A perspectiva de encontrar trabalho tem sido muito remota, pois as demissões continuam e o fechamento das pequenas fábricas já se tornou uma constante. Só no último ano, a indústria paulista encolheu 6,6%. Por isso, o movimento dos desempregados necessariamente terá que passar pela unidade com os que estão trabalhando. A defesa da redução das horas de trabalho, sem redução do salário (escala móvel das horas de trabalho) tem que ser uma das reivindicações centrais do movimento operário.

Que a CUT organize os desempregados e os empregados em defesa do emprego a todos e pelo salário mínimo real! Por uma jornada nacional de luta contra o desemprego!

Denúncia: Terceirização

Os capitalistas acharam um meio mais cômodo de explorar os trabalhadores. É a chamada terceirização. Isto é, a fábrica contrata serviços de empresas externas para a realização de tarefas que antes eram feitas pelos próprios operários. Para os donos da fábrica, a vantagem está em que pagam menos e não precisam arcar com os custos trabalhistas. Para as empresas de serviços, a vantagem está em que pagam menos aos operários do que recebem dos donos das fábricas. Os capitalistas se entendem, enquanto os trabalhadores aguentam nas costas o salário de fome e longas jornadas de trabalho. Mas ainda tem mais uma vantagem para os dois patrões: dificultou-se aos operários reagirem com greves às arbitrariedades e à superexploração. Para se contratar serviços da terceirização, primeiro o patrão da fábrica demite os operários. E os donos das empresas de mão de obra aproveitam-se do desemprego para contratar trabalhadores que desesperados se sujeitam à escravidão.

Na Toro (Diadema), vem acontecendo justamente essa barbaridade. Está previsto a demis-

são dos operários que serão substituídos pelas agências de serviços. A empresa fez uma pesquisa e constatou que é mais vantajoso contratar serviços do que manter os operários efetivos. Assim, muitos serão desempregados e em seus lugares virão outros recebendo salários menores e submetidos à longas jornadas de trabalho.

O grave dessa situação é a falta de resistência do sindicato e da CUT. Acontece que a direção pelega da CUT está de acordo com essas medidas patronais. Eles acham que isso é modernização da empresa. Por isso, fazem vistas grossas e colaboram com a modernização da escravização do trabalho operário. Estas empresas de terceirização são verdadeiros cativéis, que vem justamente para enfraquecer o movimento operário.

Exigimos que o sindicato e a CUT saiam dessa posição miserável e convoque as assembleias por todas as fábricas, para se fazer um movimento geral contra as demissões, os baixos salários, as longas jornadas de trabalho e o desemprego.

Greve dos Judiciários:

Após o protesto de 24 horas convocado pelo Sindicato que culminou com o Tribunal de Justiça impedindo o acesso dos manifestantes ao Palácio da Justiça, a classe não esperou pacientemente as decisões do governo. A greve por tempo indeterminado foi a única alternativa dos funcionários públicos.

As perdas salariais atingiram o patamar de 580%, como por exemplo o Oficial de Justiça e em outros setores variam de 360% até 138%. Por exemplo, o auxiliar de serviço acumulou 138%, enquanto o escrevente atingiu 220%. Como se vê, os trabalhadores do poder judiciários estão sendo brutalmente arrojados pela política de Fleury.

Apesar da divisão imposta pela presença de dois sindicatos na classe, o Sinjesp e o outro pelego diretamente ligado ao Tribunal de Justiça (Sindicato União dos Servidores do Poder Judiciário), o movimento conseguiu a adesão de boa parte da categoria, que se encontra dispersa em várias cidades do Estado.

A unidade dos grevista judiciários é fundamental para desarmar os burocratas direitistas que impedem a luta por salário. Porém, o movimento não pode permanecer circunscrito aos funcionários judiciários. Há que chamar todo o funcionalismo para um amplo movimento contra Fleury, que arrocha os salários dos professores, funcionários de escolas, servidores da saúde, etc. A greve isolada dificilmente poderá arrancar conquistas. O isolamento favorece ao governo, pois mais facilmente poderá quebrar o ímpeto de luta desse setor. A plenária de base de todo o funcionalismo é o caminho para derrotar a prepotência do Sindicato União, braço direito do governo no interior dos trabalhadores do judiciário.

Metalúrgicos - SP: ELEIÇÕES SINDICAIS

Iniciou-se a corrida eleitoral no sindicato metalúrgico de São Paulo, a serem realizadas em março. Novamente, um grande problema se coloca frente à incapacidade da CUT estruturar uma chapa classista, capaz de derrubar a direitista Força Sindical.

A posição do presidente da CUT Estadual SP, José Lopes Feijó, de que o melhor seria construir um novo sindicato demonstra o aparelhismo da burocracia cutista e sua incapacidade de enfrentar Luiz A. Medeiros com as armas próprias da classe operária. Não será com divisionismo que os metalúrgicos destruirão o poder da Força Sindical.

A divisão na diretoria do sindicato metalúrgico, com a expulsão do vice-presidente, Bira, ligado ao MR8-Quercista, animou uma ala da CUT a constituir uma chapa unitária. Logo vemos a que ponto chegou a ala da oposição cutista. Por esta posição, vemos que não há nenhum traço de classismo e de independência de classe. Trata-se da mais descarada luta aparelhista pelo maior sindicato da América Latina, que por isso maneja uma fábula de dinheiro e tem um peso extraordinário na

política nacional.

O fato é que os metalúrgicos de São Paulo não contam com uma direção revolucionária, ainda que embrionária, para fazer frente ao poderio financeiro e político da burocracia direitista de Medeiros. Para arrebentar a camarilha totalitária do sindicato metalúrgico é necessário um profundo trabalho no interior das fábricas, que permita os operários se chocarem contra a política de Medeiros de apoio aos governos burgueses, aos planos capitalistas e próimperialistas de ataque à vida das massas e de controle aparelhista antidemocrático do sindicato.

A falência do M.O.M.S.P., que se corrompeu com os financiamentos externos e que não pôde evoluir para posições opostas ao reformismo petista, deixou um grande vazio nos metalúrgicos. A Convergência Socialista com a política conciliadora e de seguidismo ao MOMSP-CUT pela base e com sua linha estratégica democratizante não pôde ocupar o lugar que lhe cabia com a desintegração dos reformistas. Este é o quadro negro que se apresenta neste momento crucial de disputa pela direção de um

sindicato fundamental para a política nacional de todo o proletariado.

A tarefa que se coloca é a de reconstruir uma verdadeira oposição revolucionária, tanto à direitista Força Sindical quanto aos reformistas impotentes. Trata-se de iniciar o trabalho de organização fabril, tendo por base a luta estratégica contra o sindicalismo de resultados, hoje adotado também pela burocracia cutista. É parte da formação desta oposição revolucionária a construção de células do Partido Operário Revolucionário nas fábricas. Sem se desprender um grande trabalho de construção do partido revolucionário não há como superar o domínio da reação no sindicato. A TPOR chama a vanguarda metalúrgica a discutir esta tarefa e a estabelecer as medidas necessárias para o seu desenvolvimento.

ABAIXO A DIREÇÃO REACIONÁRIA PRÓ-BURGUESA DE MEDEIROS!

NENHUMA CONCILIAÇÃO COM OS QUERCISTAS DO MR8!

POR UMA DIREÇÃO REVOLUCIONÁRIA PARA O MOVIMENTO OPERÁRIO!

O início das aulas: os velhos problemas

Nesse ano milhares de crianças e adolescentes ficaram sem escolas. Os dados de 4 milhões de crianças sem acesso às escolas foram acrescidos com a falta de vagas no ensino público. As filas de pais e alunos, o sorteio do banco escolar, a compra de vagas na rede privada pelo governo e os vestibulinhos para a seleção de alunos são amostras da situação calamitosa da educação pública no Brasil.

Faz parte da política governamental destruir o ensino gratuito, por isso não cria escolas para todos, não oferece as condições mínimas de funcionamento e mantém os trabalhadores em educação no mais profundo arrocho salarial. Essa é a forma de eliminar os gastos com a educação e possibilitar o pagamento da dívida externa. O imperialismo exige do governo nacional os cortes de verbas para a educação. Ao mesmo tempo que reduz o acesso à escola de uma parcela significativa da população, o governo se vê obrigado a utilizar os meios de comunicação para acalmar a família trabalhadora com as propostas mentirosas de "escola para todos, livros em abundância, salários devidamente corrigidos, etc".

Os pais, alunos e professores deverão se unir na defesa da escola pública, gratuita e autônoma para todos. É tarefa central das direções sindicais e do movimento estudantil organizar a luta consequente pela escola pública. Nada de fazer conchavos com o governo entreguista! Somente a mobilização direta poderá desmascarar o governo e conseguir vitórias.

A campanha pelo salário mínimo real por 20 horas de trabalho

No boletim n.1 da Apeoesp a diretoria diz "com este reajuste, agora em janeiro, recuperamos todas as perdas ocorridas no governo Fleury". Os professores nas escolas ficaram assustados diante dessa colocação, pois continuam recebendo um pouco mais que o salário mínimo de fome de 1 milhão e 200 mil cruzeiros. Como houve essa recuperação se no hollerit consta pouco mais de 2 milhões de cruzeiros?

A diretoria parte do pressuposto de que Fleury entrou no governo e iniciamos a contagem do zero. Assim, calcula a inflação do mês e o percentual oferecido pelo governo. Caso empate, não há perdas. Só que, quando Quércia saiu, já deixou de seus quatro anos de governo uma perda de mais de 130%. O governo anterior a Quércia também deixou perdas, o que fez com que o magistério chegasse ao patamar de 1 salário mínimo oficial. Uma afirmação dessa natureza por parte da direção sindical só pode gerar desconfianças na classe. É o que está ocorrendo.

Concretamente o governo não atendeu a reivindicação cen-

tral, ou seja, o piso salarial de acordo com o salário mínimo real por 20 horas de trabalho, que está em torno de 6 milhões e meio de cruzeiro. Longe disso, Fleury oferece 2 milhões e meio. Portanto, muito distante do necessário para manter os trabalhadores em educação. Ainda com o agravante de manter a política dos abonos, prejudicando os aposentados e os professores com mais tempo de serviço. Fleury é contra a escala móvel dos reajustes salariais, isto é, subiu a inflação automaticamente sobre o salário. Aplica o que lhe convém, seguindo os cálculos falaciosos do ICMS.

Os professores deverão se opor à política da diretoria da Apeoesp de isentar Fleury das responsabilidades do sucateamento da escola pública (baixos salários, evasão de professores, etc). Está na hora de preparar a campanha salarial pela recuperação do poder real de compra. Essa recuperação só virá da luta direta do conjunto da classe e não dos acordos com o governo anti-nacional e antipopular.

Greve dos portuários contra projeto dos portos

A greve dos portuários, de 19 de janeiro a 1 de fevereiro, mostrou que existe disposição de luta para enfrentar a entrega dos portos e as prováveis demissões no setor. Apesar de não conseguir impedir a aprovação do projeto, a mobilização nacional dos portuários conseguiu manter provisoriamente algumas conquistas históricas da classe. Mas o isolamento da greve pela CUT (o PT votou favoravelmente ao projeto) impediu que ela pudesse colocar-se

como obstáculo à entrega ao capital privado. E agora, apesar de manterem-se algumas conquistas, o caminho está aberto a futuros ataques patronais aos trabalhadores.

Para se ter idéia da importância da greve, houve forte repressão da polícia, inclusive a tiros contra os grevistas (um trabalhador foi baleado) e o próprio ministro do trabalho entrevistou para negociar (e acabar com a luta).

É preciso estender a mobilização dos

portuários a nível nacional para outras categorias, em especial as estatais sob ameaça de privatização, defendendo o estatismo e o controle operário, que se choca tanto com o imperialismo quanto com a burguesia nacional. Para isso a CUT deve romper com a linha entreguista e pró-burguesa do PT e chamar uma campanha nacional de luta em defesa do salário e emprego e contra a entrega nacional.

**Por uma campanha nacional de luta
pelo Salário Mínimo Real, fim do desemprego e
contra a entrega nacional**

Vila Socialista: As promessas do governo Fleury e a luta dos sem-teto

Em setembro de 1991, iniciou-se a construção de 544 apartamentos. O objetivo do governo era vendê-los, financiando até 25 anos e com prestações variando de 15% da renda familiar até o patamar de 60%, como acontece em outros conjuntos residenciais. Tal proposta foi rechaçada pelo movimento, porque isto só beneficiaria as empreiteiras e a demagogia eleitoral dos políticos.

Devido ao despejo violento ocorrido na Vila Socialista e o próprio cansaço gerado pela dura luta que foi travada, os ocupantes rejeitaram em assembléia a proposta de ocupação do terreno desapropriado pelo governo. Aqui reside todo o problema, pois só restou controlar a construção e apressá-la.

No último dia 3 de fevereiro, os moradores da Vila Socialista foram em caravana até a Secretaria da Habitação exigir o término das obras, condições de trabalho e salariais dos operários que estão construindo os prédios e melhoria imediata nos alojamentos. Concretamente, nada foi feito, a não ser mais promessas.

Como se vê, o governo não tem nenhuma pressa em resolver o problema. Os sem-teto da Vila Socialista deverão tomar em suas próprias mãos o controle da obra. Somente a mobilização dos moradores poderá se opor à intransigência do governo quanto à forma de pagamento e o tempo de duração da construção. A lição deixada pela ocupação e resistência da Vila Socialista serve de exemplo para nutrir as centenas de famílias que ainda residem nos alojamentos improvisados. A luta pela moradia para os trabalhadores é condição fundamental para que a classe operária não seja mutilada pela marginalização e pelo desemprego crônico.

Viva nossas assembléias! Viva nossa heróica luta pela moradia! Ocupar e resistir devem ser a bandeira de ação dos moradores da Vila Socialista!

Somente a organização independente da burguesia e seu Estado e a luta revolucionária poderão dar a vitória final aos ocupantes da Vila Socialista!

A farsa do inquérito do massacre da Casa de Detenção

O inquérito civil que apurou o massacre dos presos da Casa de Detenção acabou inocentando todos os culpados. Depois da morte de 111 e os ferimentos em mais de 100 detentos pelos policiais a mando do governo Fleury, as responsabilidades foram eliminadas. A primeira providência foi retirar a palavra massacre e substituí-la pelo "abuso de autoridade", porém nada que pudesse comprometer o ex-Secretário de Segurança Pública, Pedro Franco de Campos, mas um simples abuso por parte do diretores do presídio e de oficiais da PM. Diz o relatório: "Nenhum desses oficiais percebeu com clareza as dimensões e consequências da ordem de invasão do pavilhão 9". Como se vê, nada foi apurado. Fleury e seus comparsas saíram mais uma vez ilesos.

Essa é a prova de que pela via das comissões de inquérito parlamentares e pela justiça burguesa nenhuma punição será imposta aos verdadeiros culpados. Lamentavelmente, o PT se calou diante do fato para não atacar diretamente o governo Fleury. Por isso, defendemos os tribunais populares como a via de investigação e punição dos responsáveis. Nada de colocar a investigação nas mãos dos próprios feitores. Que os trabalhadores organizados possam criar os seus verdadeiros tribunais!

Um país em que se aprofundam as desigualdades sociais

Os dados recentes de concentração de riqueza e miséria revelam que 1% dos brasileiros que detinha em 1983 13,5% da renda nacional passou a controlar 16,8%. Em contrapartida, 65 milhões de pessoas vivem na mais profunda miséria, com renda inferior a meio salário mínimo.

A região nordeste possui quase 50% de sua população recebendo um quarto de salário mínimo. O naninismo é a manifestação da desnutrição de uma grande parcela de nordestinos. Essa é a região com um dos maiores índices de analfabetismo, de camponeses pobres e grandes oligarcas.

Os desequilíbrios regionais e sociais fazem parte da economia capitalista atrasada. Um país oprimido pelas potências imperialistas é obrigado, diante da crise mundial do regime capitalista, a quebrar suas forças produtivas (fechar fábricas, arrochar salários, demitir em massa, privatizar os serviços públicos e estatais) para manter o regime capitalista mundial que se desagrega. A superação dos enormes desequilíbrios será conseguida com a revolução proletária. A revolução no Brasil adquirirá o caráter combinado, resolvendo as tarefas democráticas não cumpridas pela burguesia nacional, como a questão da terra e da emancipação nacional, com as de caráter socialista, ou seja expropriação do grande capital. Portanto, não serão as reformas no Estado burguês que eliminarão a fome, miséria e as grandes desigualdades sociais.

A CRISE DO AÇO

A sobretaxa compensatória à importação do aço de 19 países pelo Estados Unidos está sendo encarada como guerra comercial pelos representantes da burguesia internacional. De fato, o protecionismo norte-americano é reflexo da luta comercial acirrada nos últimos tempos pelas potências. A crise de superprodução, a recessão mundial e os desequilíbrios financeiros dos Estados têm motivado o protecionismo e agudizado o jogo dos preços.

A maior potência mundial, os EUA, vem retrocedendo no seu poder econômico, a favor do Japão, Alemanha e França. No Gatt, organismo internacional de acordo de tarifas, o governo norte-americano não tem conseguido impor limites à ofensiva das potências concorrentes, haja vista a crise dos preços agrícolas com o bloco europeu e o choque em torno do grande superávit comercial do Japão. Somente na agricultura, estima-se subsídios de 300 bilhões de dólares praticados pela Europa, América e Japão, quase a produção interna bruta do Brasil em um ano.

A taxaço do aço não atinge apenas as potências, mas também os países semicoloniais, como o Brasil, México, etc. Na verdade, os países capitalistas atrasados são os mais afetados pela guerra comercial imperialista. A estratégia do governo socialdemocrata de Bill Clinton de segurança econômica dos EUA, no quadro de desintegração mundial, segue a linha protecionista dos republicanos, com a diferença de radicalizá-la. O próprio México, que vem sendo engolido pelas concessões pró-imperialistas de Salinas, foi duramente atingido pela sobretaxa do aço.

A medida objetiva exigir de cada exportador concessões. Em relação ao Brasil, está em jogo acelerar a privatização, escancarar o mercado e regulamentar o direito à patente; ao Japão reduzir o superávit comercial; à Europa favorecer a agricultura da América do Norte; à China impor mudanças pró-capitalistas mais profundas, etc.

O imperialismo norte americano ataca em todas as frentes, dos parceiros potentes às semicolônias. É um sintoma da agudização da guerra comercial e da desintegração da economia mundial. Enquanto as burguesias se degladiam na luta pelo mercado, as massas sofrem com a bancarrota. Particularmente, os países semicoloniais são arrastados pelos campos de conflitos imperialistas.

A falácia do livre mercado se desmascara e o protecionismo imperialista se mostra reacionário, aumentando a recessão e a miséria nos países semicoloniais. A luta antiimperialista e anticapitalista é a condição para o proletariado se organizar internacionalmente contra a opressão nacional e social.

BOLÍVIA: PARA QUÊ UM PT?

O jornal Massas do POR boliviano informa que Lula irá à Bolívia com o propósito de impulsionar a formação de um PT. Trata-se de uma má notícia para a classe operária internacional. O líder do PT brasileiro é um exemplo de corrupção política. O caudilho das greves metalúrgicas do ABCD se tornou porta-voz da socialdemocracia internacional e joguete das forças burguesas, voltadas a impedir que o proletariado se organize independente e se potencie para a revolução.

Mais do que nunca, a estratégia do governo democrático e popular e a tática de alianças com os setores da burguesia tem colocado o PT como pivô de colaboração de classe e sustentáculo do regime político em crise. O efeito da política reformista e do exitismo eleitoral sobre as esquerdas autoentitulada marxista tem sido devastador. Fato este utilizado para desviar a vanguarda da construção do partido revolucionário.

O proletariado boliviano há que rechaçar a meta petista de aglutinar o estalinismo e a burocracia sindical em bancarrota em torno de um PT. A tarefa é de fortalecer o POR, testado no programa e na prática.

NA BOLÍVIA É VIÁVEL UM PT?

Guillermo Lora

Ultimamente, fala-se da idéia de pôr em pé um Partido dos Trabalhadores, semelhante ao existente no Brasil. Os posadistas - caricatura do marxismo e do trotsquismo - disserem em algum momento sobre o partido baseado nos sindicatos.

É sugestivo que os reformistas e estalinistas se inspirem no PT do Brasil, que tem uma orientação pró-burguesa, muito influenciada pelo estalinismo e que expulsa toda tendência revolucionária e virtualmente a impede de atuar.

Em determinadas condições - que não são as da Bolívia - pode se pôr em pé um partido baseado nos sindicatos, no caminho da construção do partido revolucionário.

Tal experimento não é viável na Bolívia, porque se tem o partido-programa da classe operária e que se projeta a converter-se na direção política da nação oprimida pelo imperialismo. Esse partido - o POR - tem conseguido o avanço da consciência de classe, tem modificado a história do país e goza de grande prestígio no seio das massas, por sua honestidade a toda prova, sua persistência em sua linha revolucionária, por sua capacidade na luta demonstrada em numerosas oportunidades.

Um PT - ainda que se organizasse na projeção de preparar o partido revolucionário - não teria futuro algum. O reformismo revisionista está totalmente esgotado, porque não tem já possibilidades de oferecer uma linha política coerente aos explorados. Trata-se de uma consequência do fato de que a Bolívia já vive sua experiência capitalista no marco do atraso concretizado na economia combinada, de que, nessa etapa de desintegração do imperialismo, não existem já possibilidades para o desenvolvimento pleno e independente do capitalismo.

A tarefa revolucionária não consiste em apresentar artificialmente um PT, cujo programa em nenhum caso será o que corresponde à necessidade histórica da revolução proletária, mas sim fortalecer o POR, cujos enunciados programáticos tem sido confirmados pela história.

Estamos vivendo já o período da revolução e não temos tempo para a estruturação de um novo programa político e de uma outra organização partidária. Não há tempo para isto e todo retrocesso no processo de mobilização revolucionária será fatal para os explorados e oprimidos.